

1 **Ata da 11ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Aos
2 dezanove do mês de julho de dois mil e onze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões
3 do Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua XV de Novembro, nº 120, sala 03,
4 na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a décima reunião ordinária do CMS de
5 Ponta Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes conforme
6 lista de presença anexa. Verificada a presença de quorum, o presidente Sergio
7 Ferreira Doszanet assumiu e procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando a
8 todos os presentes, conselheiros e participantes. Partindo para primeiro Item. **1.**
9 **Aprovação da Ata da 10ª:** o presidente pergunta se algum conselheiro tem alguma
10 coisa a acrescentar referente a ata. A conselheira Vivian fala que na linha 39 cultura
11 e bacterioscopia são setenta e duas horas, linha 72 Jaqueline responde que hoje
12 tem quatro bioquímicos de quatro horas. O presidente fala que não havendo mais
13 considerações a ata foi aprovada com as duas ressalvas. **1.1 Leituras dos Ofícios**
14 **enviados e recebidos** pela 1º Juliana de Jesus Maciel e a 2º secretaria Rosangela
15 Maria Pompeu, (recebidos) O hospital São Camilo e Hospital Vicentino enviou ofício
16 nº Ofício S/Instituto sul paranaense de oncologia, III encontro sobre cuidados
17 paliativos, ofício 09/2011 Nuress, 96/2011 SMS, WAB/188/2011/ml.SMS Ofício UEPG, en
18 viados (Ofício) 144/2011, 147/2011, 148/2011, 155/2011, 65/2011, 166/2011, 167/2011, 1
19 68/2011, 169/2011, 178/2011, 170/2011, 177/2011 e 181/2011, **Ordem do Dia 2. Ordem**
20 **do dia 2.1** Pedido de vistas do edital de contratualização do Laboratório Geral
21 Alfredo Beger, pelos conselheiros Jefferson Leandro Gomes Palhão, Juliana de
22 Jesus Maciel, Jose dos Passos Neto, Marcos Levandoski, Maura Fernandes
23 Caetano, Eliane de Freitas e Paulo Fancin. **2.2** Apresentação dos projetos e planos
24 de aplicação referentes aos remanejamentos de recursos remanescentes destinados
25 a manutenção das casas de apoio de HIV/AIDS dos Município de Ponta Grossa á
26 Plenária do Conselho Municipal de Saúde para aprovação. A conselheira Juliana
27 fala da capacitação de conselheiros através da web conferencia que será no dia
28 27/07/2011 no Campus da Universidade Estadual de Ponta grossa, as 14: 00hs com
29 quatro horas de aula com uma planilha de controle social. O presidente fala que
30 solicitou por meio de ofícios os coordenadores dos CAS para prestar
31 esclarecimentos junto ao conselho. A conselheira Juliana fala que em relação aos
32 CAS, eles não estão cumprindo com o contrato e que todos recordam das ressalvas
33 que saíram do conselho, que era para desafogar as unidades de saúde, temos
34 conhecimento que o Pronto Socorro está interditado e que eles não têm nenhuma
35 sala emergência e de observação. O presidente abre vista para Jefferson emitir o
36 parecer. O conselheiro fala se discutiu com o grupo e concluiu que no edital não fica
37 claro a economia de custo, houve divergência dos gestores em vários momentos,
38 quanto a economia a realização dos exames feito pelo laboratório é superior a tabela
39 do SUS, fala que os conselheiros foram atrás de documentações e descobriram que
40 PSA custa R\$7,66 ao município e na tabela SUS o custo é de R\$ 16,42 o custo para

41 o laboratório para fazer esse exame é R\$7,66 já estamos abaixo da tabela, o
42 relatório que eles(gestor) apresentam pra gente é outra coisa , o usuário do SUS
43 não esta buscando economia e sim qualidade. O laboratório passou com aprovação
44 de 96% de qualidade, é o que o usuário quer, agilidade nas coletas de exames
45 descobrimos que alguns exames levam senta e duas horas e outros 24 para ficar
46 pronto não é culpa do pessoal do laboratório a demora esta no TASI que sai ar
47 constantemente não justifica a agilidade no comprometimento do resultado. Vários
48 conselheiros estiveram no laboratório e verificaram a eficiência nos exames que é
49 feito no dia e entram no sistema em questão de horas também não justifica a
50 agilidade e o descobrimos que problema é do sistema fora do ar e outro problema é
51 de logística, se existe problema de logística não tem que terceirizar atividade de fim
52 tem que descobrir onde a logística está falhando e corrigir. No projeto prevê que a
53 empresa que ganha a licitação adquira um carro para transportar a coleta no
54 município temos 5 veículos e quatro motorista e não estamos dando conta da
55 demanda, com um carro é que não vai dar mesmo. O projeto tinha que estar claro
56 com relação à quantidade de veículos envolvidos já que justificou que o problema é
57 na logística tem que ficar claro que é uma preocupação grande. Seis mil exames são
58 realizados pela UEPG e sabemos que tudo que é publico tem que licitar, quando a
59 terceirização for justificada de terceirizar a saúde então vamos terceirizar a
60 prefeitura. Vai a pedido dos conselheiros para que o conselho comece a questionar
61 quem são os responsáveis pela licitação, se já estão trabalhando a um bom tempo,
62 conhece os procedimentos. Na lei 8080/90 está claro pode terceirizar quando não da
63 conta da demanda pode complementar, não é permitido terceirizar cem por cento do
64 serviço, e a portaria 1034tambem é clara no art. 2º a terceirização ela pode ocorrer
65 após o município tentar de outras formas para suprir essa demanda à terceirização
66 vai acontecer em ultimo caso. O conselho acha que tem que investir no quadro de
67 pessoal, em equipamentos e na qualidade do serviço. Sendo assim emitimos
68 pareceres que somos contrario a terceirização do laboratório para a
69 complementação do serviço com relação ao custo de manutenção. O presidente
70 Sergio coloca em votação a terceirização, **foram 4 (quatro) votos a favor e 19**
71 **(dezenove) contra a aprovação.** O Hospital Vicentino, CNPJ 60.975.737/0030-96,
72 enviou ofício nº 0084/2011/HV/ADM ao conselho para apresentação e aprovação de
73 aquisição de 01 equipamento de radiologia 500mA, contemplado pela emenda
74 parlamentar nº 24050024, proposta SICONV nº 25552/2011 subscrita pelo deputado
75 federal Luiz Carlos Setim no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) e, o Hospital São
76 Camilo, CNPJ 60.975.737/0063-54, enviou ofício para apreciação e aprovação dos
77 recursos da emenda parlamentar nro. 19670014, do deputado federal Eduardo
78 Francisco Sciarra, proposta SICONV nro. 023285/2011, código SICONV nro.
79 3600020110059, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), para aquisição dos
80 seguintes equipamentos; a) 01 (um) Grupo de Gerador no valor de R\$ 47.000,00

81 (quarenta mil reais), b) 01 (um) Ventilador pulmonar no valor de R\$ 33.000,00 (trinta
82 e três mil reais), c) 01 (um) Monitor Multiparâmetro no valor de 17.000,00 (dezesete
83 mil reais), d) 01 (um) Eletrocardiógrafo no valor de R\$3.000,00 (três mil reais),
84 Foram colocados em votação e **aprovados por unanimidade com 23 (vinte e três)**
85 **votos a favor.** O presidente Sergio fala que se os funcionários do laboratório
86 sofrerem assédio moral por parte da chefia que comuniquem o conselho municipal
87 de Saúde, o mesmo ira acionar a ouvidoria para tomar as devidas providencias e
88 encaminhara para o ministério publico. Diego faz apresentação dos projetos e plano
89 de aplicação referente ao remanejamento dos recursos remanescentes destinados a
90 manutenção das casas de apoio de HIV/AIDS do Município de Ponta Grossa. O
91 presidente colou em votação foi **aprovado por unanimidade com 23 (vinte e três)**
92 **votos.** **3-Informes** O conselheiro marcos fala na dificuldade dos cadeirantes de
93 conseguir carro para fazer fisioterapia, não tem um carro adaptado para transportar
94 os pacientes. O conselheiro Claudinei fala que tem atendido todos os pedidos de
95 transporte referente a cadeirantes. A conselheira Eliane de Freitas que tem que ter
96 mais diálogo ver onde está o problema e não terceirizar tem serviços que já foram
97 terceirizados e estão voltando a ser do município é prova de que não deu certo. Fala
98 que o conselho está aqui para trabalhar com os diversos segmentos de todas as
99 entidades, fiscalizarem algumas retaliações contra funcionários, diz que no inicio da
100 gestão a administração deveria ter dialogado com os funcionários, muitos estão alia
101 vários anos e que acompanham cada governo, fala que cada governo não queira só
102 deixar sua marca e sim que seja do interesse publico da população e interesse dos
103 funcionários. Encerrada a reunião às 19h45min